



CAPÍTULO 1

Ruha Benjamin

Ruha Benjamin é Professora Associada de *African American Studies* na Universidade de Princeton, EUA, autora de *People's Science: Bodies and Rights on the Stem Cell Frontier* (2013), *Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code* (2019) e organizadora de *Captivating Technology: Race, Carceral Technoscience, and Liberatory Imagination in Everyday Life* (2019). Seu trabalho investiga as dimensões sociais de raça, medicina e tecnologia com foco nas relações entre inovação e desigualdade. Para mais informações, visite www.ruhabenjamin.com

RETOMANDO NOSSO FÔLEGO: ESTUDOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, TEORIA RACIAL CRÍTICA E A IMAGINAÇÃO CARCERÁRIA¹

Ruha Benjamin

*Nossos pulmões estão sendo gradualmente privados de oxigênio.
Talvez seja a hora de usar o ar que resta em nossos corpos para dizer:
Abram os malditos portões.
Arundhati Roy²*

*O que é tão surpreendente sobre o fato de que nossas prisões
lembram nossas fábricas, escolas, bases militares e hospitais -
todos os quais, por sua vez, se assemelham a prisões?
Michel Foucault³*

Introdução

Los Angeles, 1963. As reuniões da Associação Americana de Sociologia [*American Sociological Association*] estão ocorrendo no mesmo dia da Marcha Sobre Washington. Everett Hughes está entregando o discurso presidencial da Associação Americana de Sociologia e, em uma espécie de confissão pública, ele formula a pergunta: “Por que os sociólogos não previram a explosão da ação coletiva dos negros americanos em direção à integração imediata e plena na sociedade americana?” (Cf Steinberg, 2007, p. 6). Na introdução de seu livro, *Race Relations: A Critique* (2007), Stephen Steinberg explica, “a sociologia não apenas falhou em antecipar a Revolução dos Direitos Civis [sic], como também prestou pouca atenção aos eventos históricos que estavam ocorrendo em Washington, quando os sociólogos se reuniam para seu encontro anual, mas mesmo após as

¹ Tradução inédita de artigo originalmente publicado na revista *Engaging Science, Technology, and Society*

<BENJAMIN, Ruha. Catching Our Breath: Critical Race STS and the Carceral Imagination. *Engaging Science, Technology, and Society*, v. 2, p. 145-156, 2016.>

² De *Capitalism: A Ghost Story* (2014), p. 66.

³ De Droit (1975) “Michel Foucault, on the Role of Prisons”, <https://www.nytimes.com/books/300/12/17/specials/foucault-prisons.html>

conturbadas mobilizações por direitos civis, a sociologia manteve seu caminho” (p. 19). Assim, Steinberg se pergunta: “Que papel o campo desempenhou enquanto Roma ardia, quando os agravos sobre os negros irromperam em um movimento exigindo direitos elementares de cidadania e toda a nação foi lançada em crise?” (p. 5). É difícil escapar da conclusão de Steinberg: “que, no que diz respeito à sociologia convencional, a Revolução dos Direitos Civis falhou em produzir uma revolução correspondente no campo das ideias” (p. 15).

Chicago, 2015. A seção Ciência, Conhecimento e Tecnologia da Associação Americana de Sociologia se reúne para refletir sobre a trajetória do campo em relação a outros desenvolvimentos políticos e intelectuais. Ao ritmo de Steinberg, é imperativo que os reunidos situem sua reflexão coletiva no contexto de levantes sociais que abalaram cidades e subúrbios, universidades e comunidades dos EUA nos últimos dois anos. No exato momento em que o campo faz uma pausa para recuperar o fôlego e fazer um balanço de suas contribuições para os entendimentos acadêmicos da sociedade, o refrão político “Não consigo respirar” é o clamor de um movimento renovado pela justiça social. À luz dessa convergência, este ensaio envolve trabalhos no nexo de Estudos de Ciência e Tecnologia (*Science and Technology Studies* (STS), no inglês) e Teoria Racial Crítica, para explorar o que chamo de “imaginação carcerária”, com o objetivo de incentivar um compromisso sustentado em todo o campo incorporando abordagens raciais críticas no estudo da ciência e da tecnologia.

STS é, afinal, um campo preocupado com a construção da matéria, seja física, de fato ou de interesse. E, portanto, acho que cabe a nós abordar explicitamente o terreno contestado do *Black Lives Mattering* (Vidas Negras *Importando*). Para começar, como as últimas palavras de Eric Garner, “Não consigo respirar” - ditas quando ele estava sendo sufocado pelo policial Daniel Pantaleo - nos motivam a pensar conjuntamente os processos epistêmicos e políticos? Afinal, esse é um refrão que ecoou por todo o país - de Ferguson, Missouri a Baltimore, Maryland, e Chicago, Illinois - galvanizando protestos diante do assédio e repressão da polícia, que por si só é um sintoma de uma ampla falta de direitos econômicos e políticos. Como tal, é um refrão que fala de formas menos visíveis de asfixia - moldadas pela violência estrutural e pela desigualdade sistêmica - nas quais as mortes lentas e evitáveis de dezenas de milhares de pessoas estão ligadas, por exemplo, à asma a cada ano.

O racismo e o capitalismo compenetrados na pele - seja por balas ou toxinas ambientais - causam morte prematura: “um número estimado de 83.570 mortes em excesso a cada ano poderia ser evitado nos Estados Unidos se essa lacuna de mortalidade em preto e branco pudesse ser eliminada” (Satcher *et al.*, 2005). Em outras palavras, “é o equivalente a um grande avião cheio de passageiros negros

caindo do céu todos os dias, todos os anos.”⁴ E no assassinato de Garner, em um policial que sufoca uma pessoa com asma, testemunhamos a convergência de formas diretas e indiretas de violência que muitas vezes já estão conectadas. Como Anne Pollock argumenta em um ensaio sobre duas irmãs afroamericanas que receberam sentenças de prisão perpétua por assalto à mão armada rendendo onze dólares, “a ética do evento não deve ser desvinculada de uma ética do que é rotineiro - a violência estrutural rotineira do encarceramento em massa” (Pollock, 2015, p. 253). No caso dessas irmãs, elas foram libertadas em 2011, após cumprirem 16 anos com a condição de uma doar um rim para a outra. Este caráter rotineiro e, como argumentarei, a *razoabilidade* presumida acima, é precisamente o que torna os STS tão adequados para interrogar os fundamentos carcerários do neoliberalismo (Wacquant, 2010) e a lógica racial nele incorporada.

O fantástico livro da historiadora Lundy Braun, *Breathing Race into the Machine*, examina como “as noções culturais de raça se incorporaram à arquitetura de um instrumento aparentemente comum”, o espirômetro (um dispositivo construído para avaliar a função pulmonar) e as implicações generalizadas desse processo - desde pesquisa a clínicas, treinamento em faculdades de medicina e reivindicações de seguros (Braun, 2014). Em 1999, por exemplo, o maior fabricante de isolamento do mundo estava ocupado tentando limitar as reivindicações de invalidez em uma ação coletiva movida por 15 mil trabalhadores que manipulavam amianto, partindo da crença de longa data entre os pneumologistas de que os grupos raciais diferiam em capacidade e função dos pulmões.

Baseando-se na prática amplamente aceita de “correção de raça” - tão normalizada que existe um botão para isso, a empresa tornou mais difícil para os trabalhadores negros se qualificarem para a indenização dos trabalhadores. Estes últimos teriam negócios como de costume, mas como um imperativo econômico incorporado à máquina.⁵ Não é preciso abrigar nenhum *animus* racial para exercitar o racismo neste e em tantos outros contextos; ao contrário, uma vez que as configurações padrão foram estipuladas, basta executar o trabalho - bater o ponto, perfurar, ligar e desligar a máquina - é suficiente para garantir a consistência da dominação branca ao longo do tempo. Da mesma forma, mudar o sentimento individual de *animus* para tolerância, ou mesmo afeto, não transformará o *status quo* enquanto o design subjacente de nosso mundo social e técnico de máquinas como o espirômetro ou na arquitetura de tecnologias legais, os pesquisadores de STS devem treinar nossas ferramentas analíticas

4 *Unnatural Causes: Is Inequality Making Us Sick?* Produzido por California Newsreel e Vital Pictures. Disponível em: http://www-tc.pbs.org/unnaturalcauses/assets/resources/in_sickness_and_wealth_transcript.pdf

5 Para uma elaboração do “design discriminatório”, ver Benjamin (2015), “From Park Bench to Lab Bench: What kind of future 5 are we designing?” TEDx Baltimore, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_8RrX4hjCr0

nas diferentes formas de “correção racial” que sustentam uma forma perniciosa de construção do conhecimento. Consideremos uma decisão judicial recente no caso contra um Sr. Henry Davis, que foi acusado por destruição de propriedade por sangrar em uniformes da polícia *depois* que os policiais o identificaram incorretamente como tendo um mandado pendente e então o espancaram até a rendição:

Em e/ou aproximadamente no vigésimo dia, 20 de setembro de 2009, perto da Rua Florissant 222, dentro dos limites corporativos de Ferguson, Missouri, o réu acima mencionado cometeu ilegalmente o crime de “dano à propriedade” por ter sujado de sangue o uniforme (Daly, 2014).

Quando Davis processou os policiais, o juiz descartou o caso, dizendo que “... um oficial razoável poderia ter acreditado que espancar uma pessoa subjugada e complacente, ao mesmo tempo em que causava uma concussão, lacerações no couro cabeludo e hematomas quase sem danos permanentes, não violava a Constituição” (Daly, 2014). O juiz, em suma, “corrigiu a raça” de nossa leitura da Constituição dos EUA como aplicável a pessoas como Davis - um lembrete de que, seja o que for que pensamos que o racismo seja, não é simplesmente ignorância ou não-conhecimento. É também (no mínimo) uma lógica, uma razão, uma justificativa e uma maneira de conhecer o mundo e outros seres humanos que é sempre violenta, rotineiramente mortal e brilhantemente codificada na mesma coisa que recorreríamos por justiça. Até que cheguemos ao entendimento da *razoabilidade* do racismo, continuaremos a procurá-lo nos pisos sangrentos das igrejas de Charleston e nas câmeras do painel das estradas do Texas, e ignorá-lo nas lógicas inteligentes dos livros, declarações políticas, decisões judiciais, revistas científicas e tecnologias de ponta (Bliss, 2012; Epstein, 2007; Fujimura & Rajagopalan 2010; Hatch, 2016; Morning, 2011; Nelson, 2016; Roberts, 2012; Shim, 2014).

Como já argumentei anteriormente, podemos conceitualizar a própria raça como um tipo de tecnologia,⁶ aquela que cria universos sociais paralelos e morte prematura, e que requer manutenção e atualização rotineiras:

Os nós de força caseiros foram atualizados para armas de fogo emitidas pelo Estado. As táticas violentas de intimidação dos eleitores são substituídas pelas leis de identificação dos eleitores. A remarcação sancionada pelo governo é bem-sucedida por empréstimos predatórios. Políticas eugênicas hierárquicas dão lugar

6 Cf. Coleman (2009) para uma formulação da “raça enquanto tecnologia”. Mas, enquanto Coleman pede ao leitor que desconecte a raça dos “sistemas biológicos e genéticos que historicamente dominam sua definição”, minha abordagem à raça como tecnologia está preocupada com o modo como as práticas tecnocientíficas contemporâneas coproduzem classificações raciais (Reardon, 2004), geralmente em nome de “ajudar” os carentes. Apesar da lógica caritativa e da aparente descontinuidade com as formas passadas da ciência racial, os analistas devem rigorosamente atender às dimensões normativas e políticas da tecnociência *in situ*, isto é, sem conhecer antecipadamente todas as normas e políticas que coproduzem tais técnicas.

a tecnologias reprodutivas que permitem aos consumidores selecionar traços “socialmente desejáveis.” Essas atualizações pós-raciais parecem necessárias e até empoderadoras, e é exatamente isso que as torna tão eficazes para exacerbar a desigualdade (Benjamin, 2016a).

A tecnologia não é apenas uma metáfora racial, mas um dos muitos meios pelos quais as formas anteriores de desigualdade são atualizadas. Por esse motivo, é vital que os pesquisadores façam um balanço rotineiro das ferramentas conceituais que usamos para entender a dominação racial.

Visões de desenvolvimento e progresso são muitas vezes construídas sobre formas de subjugação social e política que exigem atualização na forma de novas técnicas de classificação e controle. Quando os pesquisadores se propõem a estudar os valores, suposições e desejos que moldam a ciência e a tecnologia, também devemos permanecer atentos às ansiedades e medos raciais que moldam o design da tecnociência. A era do *Big Data*, por exemplo, está entrelaçada com a fabricação de *Big Deviance* - a “explosão da política de crime punitivo” sem precedentes (Murakawa, 2014, p. 113).⁷ Em um relatório recente sobre “viés de máquina”, Angwin e colegas ilustram como as ferramentas de avaliação de risco geradas por computador são tendenciosas contra os americanos negros: “a fórmula era particularmente provável que sinalizasse falsamente os réus negros como futuros criminosos, rotulando-os dessa maneira quase duas vezes a taxa de réus brancos” (2016). Essa “discriminação algorítmica” não se limita ao trabalho policial (boyd, Levy & Marwick, 2014); os tentáculos sufocantes do Estado carcerário abrangem escolas, hospitais e outras instituições que buscam controlar pessoas pobres e racializadas (Perry, 2011; Taylor, 2016).

Ao tratar da atual crise do encarceramento nos Estados Unidos, desenvolvo a noção de *imaginários sociotécnicos* de Jasanoff e Kim, ou a imaginação coletiva do futuro que “codifica não apenas visões do que é possível obter através da ciência e da tecnologia, mas também de como a vida deve ou não ser vivida; a esse respeito, eles expressam os entendimentos compartilhados de uma sociedade sobre o bem e o mal” (Jasanoff & Kim 2015, p. 4). Como Jasanoff e Kim observam corretamente, imaginários concorrentes podem muito bem coexistir; em sociedades racializadas nas quais representações do bem (branco) e do mal (preto) são convenientemente codificadas por cores em uma variedade de artefatos culturais, de desenhos animados infantis à iconografia religiosa, não se trata simplesmente que existam imaginários concorrentes. Para além disso, as pessoas negras rotineiramente são degradadas nas representações populares de progresso ou completamente

7 Como Naomi Murawaka explica em seu livro *The First Right Civil: How Liberals Built Prison America* (2014), “Mesmo no contexto de queda nas taxas de criminalidade... os legisladores endureceram as máquinas carcerárias” (p. 113).

excluídas das visões futuristas (Nelson, 2002), um tipo de penitenciária temporal na qual os oprimidos estão presos a um presente distópico.

Seguindo, várias características dos imaginários carcerários merecem destaque como base para a pesquisa em andamento. Essa lente conceitual não se aplica apenas aos processos diretamente ligados às prisões e à polícia; para além disso, proponho uma investigação expandida das controvérsias que treine a atenção acadêmica para o lado subjacente do desenvolvimento tecnocientífico - *quem e o que é fixado no mesmo lugar* - classificado, encurralado e/ou coagido, para permitir a inovação? Na era pós-racial, a subjugação quase nunca é o objetivo explícito da ciência e da tecnologia; em vez disso, objetivos nobres como “saúde” e “segurança” servem como um tipo de profilaxia moral para novas formas de classificação e controle. Por exemplo, o *hot spotting* médico é uma prática iniciada em Camden, Nova Jersey, em 2007, que “usa tecnologias de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e perfis espaciais para identificar populações clinicamente vulneráveis (os 1% mais caro em assistência médica) para fornecer atendimento preventivo em casa e reduzir internações e custos com saúde” (Krupar & Ehlers 2015, p. 4). No processo, os alvos “são frequentemente classificados como ‘socialmente desintegrados,’ como dependentes e incapazes de cuidar de si” (p. 4). O objetivo do *hot spotting* médico, para “ajudar os menos favorecidos”, reproduz as próprias formas de estigma classificatório que restringem as chances de vida das pessoas em primeiro lugar⁸. E as populações racializadas não são as únicas que são rotineiramente “consertadas” (supostamente ajudadas e mantidas no lugar) pelos objetivos benevolentes da tecnociência. Os recentes avanços na engenharia genética humana, por exemplo, estão intensificando as definições capacitistas de “vidas dignas de ser vividas”, com o potencial de sufocar as abordagens justas da biotecnologia sobre deficiências (Benjamin 2016b).

Uma agenda de pesquisa de Estudos de Ciência e Tecnologia racialmente crítica (*critical race STS*) baseia-se em abordagens feministas, pós-coloniais e de estudos críticos da deficiência, que por sua vez se beneficiariam de uma maior consideração de como os imaginários carcerários procuram conter corpos individuais e visões coletivas de futuro. Isso nos leva a um ponto final: apesar da difusão esmagadora de ideias e práticas institucionais que buscam limitar as liberdades dos grupos despossuídos muito além dos muros da prisão, a subjugação necessariamente produz uma gama de respostas. Por exemplo, indivíduos que tiveram algum tipo de contato com o sistema carcerário, mesmo aqueles que apenas foram detidos, mas não foram acusados de um crime, evitam instituições vigilantes como escolas, bancos, locais de trabalho e hospitais, mesmo quando precisam de atenção médica (Brayne, 2014). Assim, enquanto os acadêmicos examinam o desenvolvimento e

8 Para uma elaboração sobre o *hot spotting* médico, ver também Krupar & Ehlers (2017)

implantação de imaginários carcerários, devemos permanecer atentos às muitas formas de subversão e resistência que também tomam forma, juntamente com os subprodutos, por vezes deletérios, dessas respostas. Em seu livro *Dark Matters: On the Surveillance of Blackness*, a socióloga Simone Browne elucida a ideia de uma *consciência biométrica crítica*, que é um entendimento da tecnologia biométrica como, antes de tudo, uma tecnologia humana “onde a propriedade e o acesso ao próprio corpo dados e outras propriedades intelectuais devem ser entendidos como um direito” (Browne, 2015, p. 86). Aqui, pensando em relação às expansões do carcerário, proponho que consideremos como uma *consciência abolicionista* é uma maneira de conceituar esforços para exercer liberdade e ação com e contra ciências e tecnologias.

Voltando a Everett Hughes diante dos membros da Associação Americana de Sociologia em 1963, e sua consternação com o fato de os sociólogos parecerem tão afastados da crescente crise social, que não herdemos os espetáculos embaçados do passado. Em vez disso, é possível aproveitar o trabalho existente no nexo entre o STS e o carcerário, aprimorando nossas ferramentas analíticas com a assistência de abordagens críticas raciais para a ciência e a tecnologia. Browne (2015), por exemplo, coloca questões no centro dos estudos de vigilância em conversa “com o arquivo duradouro da escravidão transatlântica e seus impactos perenes” (p. 11). Com base nos chamados “new surveillance studies” (“*novos estudos da vigilância*”) que buscam mudar a análise das prisões de segurança máxima para uma sociedade de segurança máxima mais difundida (p. 13), Browne observa que “a vigilância não é novidade para os negros”; de navios de escravos e patrulhas de escravos a postos de controle de segurança nos aeroportos e práticas policiais de *stop-and-frisk*, ela aponta para a “facticidade da vigilância na vida negra” (p. 7):

[M]ais do que ver a vigilância como algo inaugurado pelas novas tecnologias... vê-la como permanente é insistir em que levemos em consideração o modo como o racismo e a anti-negritude reforçam e sustentam as vigilâncias cruzadas de nossa ordem atual (Browne, 2015, p. 8-9).

O trabalho de Browne, por sua vez, baseia-se na noção fanoniana de “epidermização” ou “a imposição da raça no corpo” (p. 7), teorizando o que Browne chama de “epidermização digital”. Isso é “o que acontece quando certos corpos são renderizados como código digitalizado” (p. 109) por meio de técnicas como “reconhecimento facial, tomografia de íris e retina, geometria da mão, modelos de impressões digitais, padrões vasculares, de marcha e outros reconhecimentos cinéticos e, cada vez mais, o DNA” (p. 109). No fim, tudo isso trata o corpo *como evidência* que supera os pontos de vista das pessoas sobre quem elas são, se pertencem e onde pertencem. O uso de testes de DNA para verificar a associação

tribal nos EUA, por exemplo, fez com que os indivíduos fossem desapropriados, apesar de sua associação de longa data com a tribo, e assim a tecnociência tem o potencial de substituir os fundamentos socioculturais da identidade indígena e também minar a soberania política (TallBear, 2013).

O trabalho do sociólogo Oliver Rollins examina como as neurociências são usadas para entender o crime e o comportamento violento, com foco nas reações, refutações e medidas metodológicas tomadas pelos bio-criminologistas para abordar críticas de seu campo (Rollins, 2014). Ele se baseia no trabalho de Troy Duster (2006), Nikolas Rose (2000), Aaron Panofsky (2014) e Joe Dumit (2004) - assim como na literatura de biomedicalização pioneira em Adele Clarke e colegas (Clarke *et al.* 2010). Isso se relaciona com as maneiras pelas quais a “nova” bio-criminologia está transformando a maneira como pensamos e gerenciamos o “risco”; ou a produção contínua e o valor cultural das tecnologias visuais e a criação de neuro-identidades dentro e fora da sala de audiências, esse programa de pesquisa é vital para nossa compreensão do que poderíamos chamar de “biocriminalização”. Este é um mundo no qual estatísticos como Richard Berk (Universidade da Pensilvânia) projetaram um “software de previsão de crimes para ajudar a projetar quando pessoas em suspensão da pena ou livramento condicional têm maior probabilidade de cometer assassinato ou serem assassinadas” (Johnson, 2011). Essa é a imaginação carcerária preventiva popularizada em filmes como “Minority Report”, que está sendo lançada lentamente sob o manto da mitigação de riscos.

Finalmente, indo além do contexto dos EUA, Richard Tutton e colegas examinam como as biotecnologias são usadas na vigilância de fronteiras no Reino Unido, especificamente voltadas para os solicitantes de asilo da África (Tutton *et al.* 2014). Se, ao longo de uma entrevista padrão, um/a funcionário/a da agência de fronteira suspeitar da história de um candidato, ele poderá solicitar amostras de saliva, unhas e cabelos para testar a “mudança de nacionalidade”, usando análises isotópicas e testes genéticos de ancestralidade. E, embora o *Programa Piloto de Proveniência Humana* [*Human Provenance Pilot Program*] tenha sido finalmente suspenso, o fascínio da objetividade que esses testes oferecem diante da xenofobia popular em todo o mundo sugere que muitas outras correções biotecnológicas para crises sociais estejam em andamento.⁹

Em suma, esse corpo de literatura acadêmica aplica as sensibilidades dos STS

⁹ Em 2009, a Agência de Fronteiras do Reino Unido iniciou o Projeto Piloto de Proveniência Humana, com o objetivo de usar testes de ancestralidade genética 10 e análises isotópicas para avaliar as solicitações de asilo. Alec Jeffreys, um dos pioneiros na impressão digital do DNA humano, escreveu que “a Agência de Fronteiras está claramente fazendo suposições enormes e injustificadas sobre a estrutura da população na África; a extensa pesquisa necessária para determinar a estrutura da população e a capacidade ou não do DNA de identificar a origem étnica nessa região simplesmente não foi realizada. Mesmo que funcionasse (o que duvido), atribuir uma pessoa a uma população não estabelece nacionalidade - as pessoas se mudam! Toda a proposta é ingênua e cientificamente defeituosa” (Travis 2009).

às práticas carcerárias e responde ao lembrete de Laura Mamo e Jennifer Fishman de que: “A STS engajou a justiça como uma questão de preocupação, mas deve ir além para examinar as estruturas da justiça de forma mais explícita e participar em esforços que busquem a justiça de maneiras associadas ao estudo da ética, ainda que distintas do mesmo.” Da mesma forma, eu incentivo os pesquisadores sobre raça e etnicidade a adotar ideias dos STS no avanço do conhecimento sobre a notável durabilidade e destreza das ideologias e práticas raciais. Afinal, a desigualdade social é legitimada pelas mitologias culturais sobre a diferença humana - histórias que são materializadas através da ciência, tecnologia e biomedicina, e que implicam a raça dentro de uma complexa rede interseccional de classificações que inclui classe, gênero, sexualidade, deficiência e cidadania entre outras matrizes de dominação (Collins, 2000). Seja no contexto dos produtos farmacêuticos segmentados racialmente, testes de ancestralidade genética, bebês projetados ou bancos de dados policiais, as categorias sociopolíticas são reproduzidas e reconstituídas através de práticas tecnocientíficas que atuam sobre, com e contra corpos humanos. Espero que, à medida que o campo recupere seu fôlego coletivo, continuemos promovendo investigações acadêmicas que não sejam apenas *sobre* processos racializados, mas também apliquem uma lente de estudos racialmente críticos de ciência e tecnologia a todos os aspectos da vida social que atualmente são sufocados pelas lógicas carcerais. Assim, contribuiríamos para “uma revolução no campo das ideias” dentro e fora da academia.

Agradecimentos

Meus agradecimentos mais profundos a Steven Epstein, Daniel Lee Kleinman, Katie Vann e uma revisora anônima por fornecer feedback valioso que me ajudou a aprimorar as ideias apresentadas neste ensaio. Gostaria também de agradecer ao Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Princeton [*Princeton University Department of African American Studies*] e ao Centro de Estudos Indianos na África da Universidade de Witwatersrand (CISA) [*University of Witwatersrand Centre for Indian Studies in Africa (CISA)*] pelo apoio institucional contínuo.

Referências

- ANGWIN, J.; LARSON, J.; MATTU, S.; KIRCHNER, L. **Machine Bias**. ProPublica, 2016. Disponível em <https://www.propublica.org/article/machine-bias-risk-assessments-in-criminal-sentencing>
- BENJAMIN, R. "From Park Bench to Lab Bench: What kind of future are we designing?" TEDx Baltimore, 2015: https://www.youtube.com/watch?v=_8RrX4hjCr0
- BENJAMIN, R. Innovating inequity: If race is a technology, postracialism is the Genius Bar. **Ethnic and racial studies**, v. 39, n. 13, p. 2227-2234, 2016a.
- BENJAMIN, R. Interrogating equity: a disability justice approach to genetic engineering. **Issues in Science and Technology**, v. 32, n. 3, p. 51, 2016b.
- BLISS, C. **Race Decoded: The Genomic Fight for Social Justice**. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 2012.
- boyd, d.; LEVY, K.; MARWICK, A. "The Networked Nature of Algorithmic Discrimination." In *Data & Discrimination: Collected Essays*, edited by S. Peña Gangadharan and V. Eubanks, pp. 53-57. New America: Open Technology Institute. 2014. Disponível em <http://www.danah.org/papers/2014/DataDiscrimination.pdf>
- BRAUN, L. **Breathing Race into the Machine: The surprising career of the spirometer from plantation to genetics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- BRAYNE, S. Surveillance and system avoidance: Criminal justice contact and institutional attachment. **American Sociological Review**, v. 79, n. 3, p. 367-391, 2014.
- BROWNE, S. **Dark Matters: On the Surveillance of Blackness**. Durham, NC: Duke University Press, 2015.
- CLARKE, A.; MAMO, L.; FOSKET, J.R.; FISHMAN, J.R.; SHIM, J.K. **Biomedicalization: Technoscience, Health, and Illness in the U.S**. Durham, NC: Duke University Press, 2010.
- COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York, NY: Routledge, 2000.
- DALY, M. 2014. **The Day Ferguson Cops Were Caught in a Bloody Lie**. The Daily Beast, August 15, 2014. Accessed 6 June 2016: <http://www.thedailybeast.com/articles/2014/08/15/theday-ferguson-cops-were-caught-in-a-bloody-lie.html>.
- DROIT, R.-P. 1975. **Michel Foucault, on the Role of Prisons**. NY Times, 2015. Disponível em www.nytimes.com/books/00/12/17/specials/foucault-prisons.html.
- DUMIT, J. **Picturing Personhood**. Brain Scans and Biomedical Identity (in Formation). Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.
- DUSTER, T. The molecular reinscription of race: Unanticipated issues in biotechnology and forensic science. **Patterns of Prejudice**, 40 (4-5): 427-441, 2006.
- EPSTEIN, S. **Inclusion: The Politics of Difference in Medical Research**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2007.
- FOUCAULT, M. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. Vintage Books, 1995.
- FUJIMURA, J. H.; RAJAGOPALAN, R. Different differences: The use of 'genetic ancestry' versus race in biomedical human genetic research. **Social Studies of Science**, v. 41, n. 1, p. 5-30, 2011.

- HATCH, A. **Blood Sugar**: Racial Pharmacology and Food Justice in Black America. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.
- JASANOFF, S.; KIM, S.-H. **Dreamscapes of Modernity**: Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2015.
- JOHNSON, G. 2011. "Q&A with Richard A. Berk." Disponível em <http://www.upenn.edu/pennnews/current/2011-12-15/interviews/qa-richard-berk>.
- KRUPAR, S.; EHLERS, N. Target: Biomedicine and Racialized Geo-body-politics. **Occasion 8**, Edição Especial "Race, Space, Scale," editada por W. Cheng e R. Shabazz, 2013. Disponível em http://arcade.stanford.edu/sites/default/files/article_pdfs/Occasion_v08_KruparEhlers_final.pdf
- KRUPAR, S.; N. EHLERS. 'When Treating Patients Like Criminals Makes Sense': Medical Hot Spotting, Race, and Debt. In: EHLERS, N.; HINKSON, L. Living In the Red: The American Health-care System and Racebased Medicine. Minnesota, MN and London: University of Minnesota Press, 2017.
- MAMO, L; FISHMAN, J. R. Why justice? Introduction to the special issue on entanglements of science, ethics, and justice. **Science, Technology, & Human Values**, v. 38, n. 2, p. 159-175, 2013.
- MORNING, A. **The Nature of Race**: How Scientists Think and Teach and Human Difference. Berkeley, CA: University of California Press, 2011.
- MURAKAWA, N. **The First Civil Right**: How Liberals Built Prison America. Oxford UK: Oxford University Press, 2015.
- NELSON, A. Introduction: Future Texts. **Social Text**, v. 20, n. 2, p. 1-15, 2002.
- NELSON, A. **Social Life of DNA**: Race, Reparations, and Reconciliation After the Genome. New York: Beacon Press, 2016.
- PANOFSKY, A. **Misbehaving Science**: Controversy and the Development of Behavior Genetics. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2014.
- PERRY, I. **More Beautiful and More Terrible**: The Embrace and Transcendence of Racial Inequality in the United States. New York, NY: New York University Press, 2011.
- POLLOCK, A. **Medicating Race**: Heart Disease and Durable Preoccupations with Difference. Durham, NC: Duke University Press, 2012.
- POLLOCK, A. On the Suspended Sentences of the Scott Sisters: Mass Incarceration, Kidney Donation, and the Biopolitics of Race in the United States. **Science, Technology, & Human Values**, v. 40, n. 2, p. 250-271, 2015.
- REARDON, J. **Race to the Finish**: Identity and governance in an Age of Genomics. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.
- ROBERTS, D. **Fatal Invention**: How Science, Politics, and Big Business Re-create Race in the Twentyfirst Century. New York, NY: The New Press, 2012.
- ROLLINS, O. **Unlocking the Violent Brain**: A Sociological Analysis of Neuroscientific Research on Violent and Aggressive Behaviors. Tese de Doutorado, Department of Social and Behavioral Sciences, University of California, San Francisco, San Francisco, CA, 2014.
- ROSE, N. The biology of culpability: Pathological identity and crime control in a biological culture. **Theoretical criminology**, v. 4, n. 1, p. 5-34, 2000.
- ROY, A. **Capitalism**: A Ghost Story. Chicago, IL: Haymarket Books, 2000.

SATCHER, D. et al. What if we were equal? A comparison of the black-white mortality gap in 1960 and 2000. **Health Affairs**, v. 24, n. 2, p. 459-464, 2005.

SHIM, J. **Heart-Sick: The Politics of Risk, Inequality, and Heart Disease**. New York, NY: NYU Press, 2014.

STEINBERG, S. **Race Relations: A Critique**. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 2007.

TALLBEAR, K. **Native American DNA: Tribal Belonging and the False Promise of Genetic Science**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2013.

TAYLOR, K.-Y. **From #BlackLivesMatter to Black Liberation**. Chicago, IL: Haymarket Books, 2016.

TRAVIS, J. "Scientists Decry 'Flawed' and 'Horrrifying' Nationality Tests." ScienceInsider, 2009. Disponível em: <http://news.sciencemag.org/2009/09/scientists-decry-flawed-andhorrrifying-nationality-tests>.

TUTTON, R.; HAUSKELLER, Christine; STURDY, Steve. Suspect technologies: forensic testing of asylum seekers at the UK border. **Ethnic and Racial Studies**, v. 37, n. 5, p. 738-752, 2014.

WACQUANT, L. Crafting the neoliberal state: workfare, prisonfare, and social insecurity 1. In: **Sociological Forum**. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2010. p. 197-220.

Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos

Organização e Edição

Tarcízio Silva

Revisão Ortográfica

Toni C.

Demetrios dos Santos Ferreira

Tarcízio Silva

Gabriela Porfírio

Taís Oliveira

Tradução

Vinícius Silva

Tarcízio Silva

Ilustração de Capa

Isabella Bispo

[instagram.com/crystalisaart](https://www.instagram.com/crystalisaart)

Diagramação

Patricia Bruschi

Yuri Amaral

Consultoria Editorial

LiteraRUA

Apoio Institucional

IBPAD

Curadoria Acadêmica

Desvelar

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586org

Silva, TARCÍZIO

Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos

Organização e Edição: Tarcízio Silva; Revisão Ortográfica: Toni C.; Demetrios dos Santos Ferreira; Tarcízio Silva; Gabriela Porfírio; Taís Oliveira; Tradução: Vinícius Silva; Tarcízio Silva; Ilustração de Capa: Isabella Bispo; Diagramação: Yuri Amaral; Consultoria Editorial: LiteraRUA – São Paulo, 2020.

ISBN 978-65-86113-01-3.

Editora LiteraRUA, 2020. 1. afrodiaspórico. 2. ativismo digital. 3. racismo. 4. Redes Sociais. 5. estudo comportamental. I. Organizador. II. Título.

CDD 302.23
CDU 316.774

COMUNIDADES, ALGORITMOS E ATIVISMOS DIGITAIS: OLHARES AFRODIASPÓRICOS

Abeba Birhane
André Brock
Dulcilei C. Lima
Femi Ololade Alamu
Fernanda Carrera
Halleluyah O. Aworinde
Jobson F. da Silva Júnior
Larisse Louise Pontes Gomes
Luiz Valério P. Trindade
Niousha Roshani
Ronaldo Ferreira de Araújo
Serge Katembera
Ruha Benjamin
Seyram Avle
Taís Oliveira
Tarcízio Silva
Thiane Neves Barros
Walter Isharufe

DESVELAR

IBPD INSTITUTO
BRASILEIRO
DE PESQUISA E
ANÁLISE DE DADOS

LiterARUA

COMUNIDADES, ALGORITMOS E ATIVISMOS DIGITAIS: OLHARES AFRODIASPÓRICOS

Organização:

Tarcízio Silva

1ª Edição
 LiterakUA

São Paulo
2020

ORGANIZAÇÃO: TARCÍZIO SILVA

ORGANIZAÇÃO: TARCÍZIO SILVA

